

Meio ambiente

A Amazônia e o Salvador da Pátria

ALFREDO SIRKIS

A "internacionalização" da Amazônia em consequência de financiamentos externos para projetos de proteção florestal ou abatimentos na dívida externa é uma obra de ficção do governo Sarney, seus ministros e burocratas. A internacionalização já se encontra instalada, desde a década de 70, quando cidadãos e empresas estrangeiras ocuparam vastas áreas da Amazônia promovendo gigantescos desmatamentos: fazendas de gado de propriedade de grandes montadoras, projetos megalomânicos como o Jari, do "tycoon" Daniel Ludwig, com todas as características de enclave territorial, e tantos outros.

Durante longos anos, aventureiros internacionais de toda a espécie pulularam Amazônia adentro em busca de lucro fácil e rápido, abençoados pelas nossas autoridades que lhes forneciam isenções fiscais e facilidades de toda a espécie. Essas mesmas autoridades faziam publicar em revistas norte-americanas e européias uma campanha publicitária que pedia: "Venham nos poluir". Durante longos anos, financiamentos de organismos internacionais como o Bird bancaram projetos direta e indiretamente responsáveis pela destruição acelerada da floresta amazônica. Hoje, por uma dessas ironias da história, uma histeria nacionalista parece ter tomado conta daqueles que suplicavam aos capitais estrangeiros para que viessem nos poluir. E assistimos à comédia do senhor Ronaldo Caiado xingando uma jornalista da BBC de Londres de "agente do imperialismo" ou do general Meira Matos, auxiliar dos "marines" na invasão de São Domingos, em 1965, preocupado com a "internacionalização"...

É fácil perceber que todos esses bravos neo-antiimperialistas sempre foram homens simpáticos aos capitais estrangeiros, e não se sentem incomodados com a profunda ingerência do FMI na nossa economia, nem vêem nossa soberania agredida com o fato de organismos internacionais determinarem os limites do nosso déficit público, tarifas, ou dos salários dos nossos trabalhadores. Nem consta que tenham se indignado quando, há pouco tempo, um deputado acreano ligado ao lobby desmatador defendeu, abertamente, posições separatistas, em pleno Congresso nacional. Essa súbita indignação chauvinista tem a marca escancarada da hipocrisia.

O fato é que se criou nos últimos 15, em nível mundial, uma consciência ecológica muito profunda. Em países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha ou a Holanda, a opinião pública exerce uma forte pressão sobre os governos e os contribuintes, que, ao contrário do que ocorre aqui, têm algo a dizer sobre o destino dos impostos que pagam. Essa pressão atinge também organismos de crédito como o Bird, que estão sendo severamente questionados pelo terrível impacto ambiental que muitos dos seus financiamentos causaram. Por outro lado está cada vez mais clara para a opinião pública desses países a vinculação perversa existente entre o esforço desesperado para pagar uma dívida externa, impagável, e a

devastação social e ecológica em países devedores como o Brasil.

Essa situação coloca na ordem do dia propostas de resgate de parcelas da dívida em troca da preservação de florestas tropicais, que qualquer governo sério, a princípio, trataria com interesse, tomando a iniciativa de estudar as formas de viabilização que sejam as mais interessantes para o país. Já o governo Sarney, ao invés de tomar nas mãos essa oportunidade histórica de um duplo ganho, financeiro e ambiental, preferiu se fazer de ofendido e empulhar grosseiramente a opinião pública mencionando supostas propostas de "internacionalização", com perda da soberania nacional sobre as áreas florestais preservadas. Nenhuma entidade ambientalista, organismo financeiro ou governo jamais ousou propor semelhante aberração que, no entanto, se transformou no "leitmotiv" da falsa indignação dos homens do governo.

O governo até tem razão quando detecta uma certa incoerência e arrogância no tardio fervor ecologista de certos governantes de países ricos, onde se cometeram e ainda se cometem importantes agressões ambientais. Isso, porém, é perfeitamente secundário diante da devastação da Amazônia. Como reza um saboroso dito espanhol: "tiene razón, pero poquísima!"

No final das contas, o destino da floresta será decidido no terreno econômico e cultural, no confronto entre dois modelos de desenvolvimento. O modelo inaugurado nos anos 70 —queimadas extensas, pecuária, monoculturas de exportação, imigração intensa e desordenada, extração madeireira indiscriminada, projetos siderúrgicos alimentados a carvão vegetal de florestas nativas, grandes barragens, mineração e garimpo predatórios— que levará, fatalmente, à destruição e à entropia da Amazônia, em poucas décadas. Ou a alternativa do modelo ecologicamente sustentado: reservas extrativistas, com exploração de borracha, castanha, babaçu, juta etc... Investimentos em biotecnologia, zoneamento racional das atividades agrícolas, pecuárias e de mineração combinadas com a recomposição e o reflorestamento. Hidrelétricas de pequeno e médio porte, com melhor aproveitamento da capacidade já instalada. Investimentos em energias alternativas como a solar e o gás natural.

O verdadeiro debate se dá no confronto desses dois modelos. Até pouco tempo os recursos estrangeiros serviam exclusivamente ao modelo predatório e devastador. Agora temos a oportunidade de alterar esse quadro canalizando-os não mais para "virem nos poluir", como nos anos 70, mas para contribuírem para um modelo ecologicamente sustentado e financiar a preservação. Nessa hora o governo de "José Ribamar Sassá Mutema", o Salvador da Pátria, ergue alto a bandeira antiimperialista e declara guerra à Holanda. Dá prá entender?